

Governo retira desoneração da folha e faz cortes de R\$ 42,1 bilhões

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, anunciou corte de R\$ 42,1 bilhões nas despesas da União e o fim de isenções fiscais que reduziam a folha de pagamento de 50 setores produtivos. A equipe

econômica acredita que as medidas serão suficientes para garantir o cumprimento da meta fiscal de 2017. Segundo Meirelles, a reoneração da folha não significa um aumento de impostos. *Página 26*

“Decidimos não fazer simplesmente um aumento de impostos e tributos porque isso seria prejudicial à retomada econômica.”

Henrique Meirelles, ministro da Fazenda, ao anunciar o contingenciamento do orçamento e o fim da isenção sobre a folha.

* ORÇAMENTO 2017

Governo suspende desoneração da folha de pagamento e faz cortes de R\$ 42,1 bi

Previsão de aumento de imposto se restringiu à cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de cooperativas de crédito

BRASÍLIA
Estadão Conteúdo

■ Depois de dois adiamentos, numa semana de intensas negociações, o governo anunciou ontem corte de R\$ 42,1 bilhões nas despesas da União e o fim de benefícios fiscais na folha de pagamentos que renderá mais R\$ 4,8 bilhões. Com essas medidas, a equipe econômica acredita que contribuirá para garantir o déficit de R\$ 139 bilhões fixado para 2017. O governo vai contar ainda com receitas extras de mais de R\$ 10,1 bilhões com a venda de quatro hidrelétricas que pertenciam à Cemig e foram reintegradas ao patrimônio da União.

O governo não pôde contar com o ganho extraordinário, que pode chegar a R\$ 8,7 bilhões, com precatórios não reclamados por seus beneficiários. Até o último momento, isso foi tentado pela equipe econômica, para permitir um corte menos profundo, em torno de R\$ 30 bilhões. Uma hora antes do anúncio, os ministros Henrique Meirelles, da Fazenda, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, acompanhados pela advogada-geral da União, Grace Mendonça, ainda buscavam no Supremo Tribunal Federal (STF) consultoria sobre o respaldo judicial da medida.

De acordo com Meirelles, no primeiro momento o corte será de R\$ 42,1 bilhões, mas a equipe econômica espera uma redução desse valor à medida que forem confirmadas as receitas com precatórios. Com a inclusão dessas receitas, o corte poderia, portanto, ser reduzido para cerca de R\$ 30 bilhões.

O proplado aumento de tributos, que estava sendo avaliado pela equipe econômica, se resumiu à cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de cooperativas de crédito. Essa tributação acrescentará aos cofres do Tesouro mais R\$ 1,2 bi este ano.

O corte de R\$ 42,1 bilhões deve ser feito com o contingenciamento de R\$ 10,5 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); de R\$ 10,9 bilhões em emendas parlamentares; e de R\$ 20,1 bilhões de despesas dos demais órgãos do Executivo. Nos outros Poderes, a tesourada será de R\$ 580 milhões.

O governo decidiu acabar com o benefício fiscal na folha de pagamento das empresas da maior parte dos setores por considerá-lo uma distorção. Dos 54 setores beneficiados, 50 perderão o regime diferenciado. "Essa medida gerava uma perda fiscal para a União e era esperado que isso gerasse um crescimento rápido para o Brasil. No entanto, isso não gerou os efeitos esperados e achamos que seria necessário eliminar essa opção", disse Meirelles, ao fazer o anúncio. Mantiveram o benefício os setores de construção civil e obras de infraestrutura, metrô, trens, transporte rodoviário e comunicações.

Gustavo Raniere/Ministério da Fazenda



“O governo decidiu não fazer simplesmente um aumento de impostos e tributos porque seria prejudicial à retomada econômica.”

Henrique Meirelles, ministro da Fazenda.

REAÇÃO

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Fernando Pimentel, o fim abrupto da desoneração do setor nada mais é do que a utilização do velho método para fechar rombos das contas do governo: aumentar impostos sobre a produção. O presidente da Abicalçados, Heitor Klein, disse que o fim da desoneração agrava a situação do setor. "Cortar esse benefício de forma radical é um retrocesso", criticou.

R\$ 10,5 BILHÕES

do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) serão contingenciados.

R\$ 10,9 BILHÕES

serão retirados de emendas parlamentares.

R\$ 20,1 BILHÕES

serão cortados de despesas dos demais órgãos do Executivo.

Volta de tributos sobre a folha pode afetar a economia, dizem especialistas

BRASÍLIA
Agência O Globo

■ A volta dos impostos sobre a folha de pagamento que pou-pou alguns setores pode comprometer a recuperação ainda tímida da economia, afirmam especialistas.

“Aumentar impostos neste momento não é adequado. A economia está tentando sair da recessão, e o custo pode enfraquecer esse processo. Se acabar a desoneração, o risco é fragilizar a estabilização”, afirma o professor da FEA/USP e economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves.

Professor do Instituto de Economia da Unicamp, Francisco Lopreato diz ser a favor da retirada das desonerações, pois os efeitos positivos sobre a economia foram menores que os esperados, mas defende que seja gradual para reduzir o impacto negativo na economia:

“Vai afundar ainda mais a economia? Vai jogar mais um balde de água fria nas empresas? É fácil dar doce para criança, mas é difícil tirar. Não dá para tirar de uma hora para outra. O impacto vai ser grande”, prevê.